

Pandemia e Democracia

Ernani Chaves

Professor Titular da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Pará (Brasil)

Há pouco mais de um ano, logo no início da pandemia, uma manifestação de Giorgio Agamben provocou uma série de críticas. Em poucas palavras, resumindo o argumento central do filósofo italiano, ele alertava para o fato de que as medidas de exceção que estavam sendo tomadas para o combate à pandemia poderiam colocar em risco a própria democracia. Não vou retomar aqui as críticas que se fizeram ouvir naquela ocasião, embora Agamben não estivesse sozinho no seu diagnóstico. O que diferenciava as posições era mais os motivos que levariam a um abalo no espaço democrático, diante das medidas que, necessariamente, tiveram de ser tomadas. Destacava-se, por exemplo, que a aceitação das medidas mais extremas – o uso de máscaras e o isolamento social -em países como a China, se devia ao fato de que sua população já estava acostumada a obedecer. O sucesso das medidas de prevenção e combate à pandemia estariam assim de algum modo ligadas ao grau de autoritarismo existente no país onde seriam tomadas. Isso mostra que, desde o começo, havia um temor, explícito ou não, que a situação de exceção engendrada pela disseminação rápida do coronavírus pelo mundo pudesse provocar abalos profundos em nossa experiência democrática.

Contribuía também para isso o fato de que estava em jogo também a estabilidade econômica do planeta regida, como se sabe, em sua maioria, pelos princípios do neoliberalismo. Afinal de contas, como conciliar a urgência no combate ao vírus, que exigia dependendo da situação de cada país um *lockdown* que poderia durar meses e o funcionamento lucrativo da economia? Assim, o conflito entre o social e o econômico tornou-se a mola mestra dos debates e o nó górdio a ser desatado.

Nesse panorama mais geral, a situação do Brasil assume contornos bastante singulares. O primeiro deles é que nossa experiência democrática, reconstruída a duras penas desde 1985, com o fim da ditadura militar, já estava sendo abalada, paradoxalmente, desde o processo de *impeachment*, que retirou a presidenta Dilma Rousseff do poder em

agosto de 2016. Um processo como esse, que poderíamos chamar de “normal” em caso de necessidade nas democracias, expunha de forma contundente as raízes do nosso autoritarismo e a ausência quase total do que se chama na psicanálise de “elaboração do luto”, no caso, da experiência dos nossos “anos de chumbo”. Assim, com espanto e indignação, assistíamos na sessão do Congresso que votou pelo impedimento de Dilma Rousseff, a manifestação verbal de um deputado, que declarou seu voto pelo impedimento homenageando um dos mais violentos coronéis da ditadura militar, denunciado como torturador contumaz por diversos prisioneiros e prisioneiras políticos, dentre elas, a própria Dilma Rousseff. Esse deputado se chamava Jair Bolsonaro.

Olhando para trás, poderíamos então dizer que essa atitude, quase dois anos antes da irrupção da pandemia, já poderia emblematicamente mostrar, que no caso brasileiro abalos à democracia já se faziam claramente ouvir. Essa situação específica trazia à tona um debate que não cessa de acontecer e que diz respeito à garantia da “liberdade de expressão” como uma das características mais importantes dos regimes democráticos, uma das heranças deixadas pelos gregos, considerados os seus inventores. A “liberdade de expressão” constituiria assim, uma das linhas divisórias que separariam inteiramente as democracias dos regimes totalitários. Que o deputado Bolsonaro pudesse expressar, sem nenhuma sutileza e, principalmente, sem nenhuma vergonha, seu apreço pelos militares torturadores durante o regime militar, parecia tão somente como expressão legítima desse direito à livre expressão e circulação de ideias, próprio das democracias.

Entretanto, essa manifestação de Bolsonaro não foi um evento isolado. Diversos e diversas parlamentares não deixaram também de dizer que seu voto favorável ao *impeachment* era feito em defesa da religião e da família. Assim, associavam os anos petistas como aqueles nos quais a família brasileira estava sendo desrespeitada e, por extensão, o próprio sentimento religioso. Desse modo, se atacava frontalmente, por exemplo, todos os avanços conseguidos nas últimas décadas por meio da legislação contra a exploração sexual infantil, a violência doméstica e pela proteção da população LGBTQI+. Desse modo, o *impeachment* acabava também por definir um novo *front*: era preciso fazer uma reforma na educação, considerada comprometida com a “doutrina” da esquerda, em última palavra, “comunista”. Essa reforma, que continua em pleno curso, desde que Bolsonaro ganhou as eleições em outubro de 2019, implicou, antes de mais nada, num ataque devastador às universidades federais públicas e gratuitas, que vai desde o crescente

corte verbas e de bolsas destinadas aos estudantes até a indicação de reitores que compartilham com o ideário “bolsonarista”.

Nessa perspectiva, ousou dizer que a pandemia do coronavírus encontrou no Brasil um terreno fértil para a disseminação de ideias antidemocráticas e profundamente comprometidas com posições de extrema-direita. Alinhado à política do então presidente Trump, o governo brasileiro desconheceu, desde o começo, a magnitude que representava a disseminação do vírus, colocou em dúvida a posição dos cientistas e de órgãos internacionais como a OMS e resistiu até onde pode em promover as medidas de emergência de primeira hora, como o uso de máscaras e o isolamento social. Ao contrário, a retórica da propaganda oficial minimizava a pandemia e seus efeitos graves. Em nome da manutenção da economia demorou a estabelecer medidas protetivas, em especial as que deveriam ser dirigidas à população mais pobre. Foi necessário portanto que os governadores dos estados tomassem a frente do combate e, com isso, criou-se uma situação política de confronto constante entre o presidente e os governadores. Foi necessária, inclusive, diante da recusa do governo em fornecer dados atualizados sobre o andamento da pandemia, a criação de um consórcio entre grandes veículos de comunicação do Brasil, que passaram a obter os dados diretamente das Secretarias de Saúde dos estados. Assim, o boicote à informação e, portanto, de manipulação de dados por parte do governo foi uma constante desde o início da pandemia, mais especialmente desde a demissão do primeiro ministro da saúde do atual governo, em maio de 2021. O resultado dessa “política” se expressa, por exemplo, no elevado número de mortos – cerca de 486 mil, pelos dados de ontem, 12 de junho – e no baixo índice de vacinação, aproximadamente 23 milhões de vacinados (nem todos com as duas doses ainda), apenas 11, 17% da população.

Nas páginas iniciais de *Necropolítica*, o pequeno grande ensaio de Achille Mbembe, publicado no Brasil em 2018 pela n-1 edições, ele nos lembra a lição de Michel Foucault: o “biopoder” é “aquele domínio da vida sobre o qual o poder estabeleceu seu controle”. Mbembe se pergunta a seguir o que pode definir, com mais exatidão, as condições práticas sob as quais “se exerce o poder de matar, deixar viver ou expor à morte”. Trata-se, para ele, de tentar entender sob condições práticas específicas e singulares, quem é o sujeito que delibera sobre essa lei que define o direito à morte ou à vida; quem é, por outro lado, a pessoa que deve morrer “legalmente”, ou seja, a que sofre a ação dessa lei e, mais ainda, se a lição foucaultiana deve ser ampliada, reformulada, de tal modo a tornar possível um entendimento mais acurado do que acontece no mundo que é nosso contemporâneo.

Se retomo Mbembe nesse breve relato movido pela indignação e pela revolta – “é inútil revoltar-nos?”, perguntou certa vez Michel Foucault – é porque penso que a situação brasileira durante a pandemia tornou possível expressas manifestações de uma “necropolítica”. Evidentemente, que não penso que uma “necropolítica” esteja ausente do que Foucault chamou de “biopolítica” ou “biopoder”. Pelo contrário: suas análises desse novo arranjo nas formas de dominação, a do poder sobre a vida sob a égide do biológico, sempre apontou para a dimensão do que ele chamava de “Tanatopolítica”. O que Mbembe questiona, com razão, é se o modelo do “campo de concentração” ou da “política nazista”, em torno dos quais giram as análises de Agamben, Arendt e do próprio Foucault, são suficientes para entendermos, por exemplo, o genocídio promovido pelo processo de colonização na África e, acrescento eu, na América. Aqui, não é o lugar para discutirmos a posição de Mbembe, a justeza de seu argumento. Deixemos apenas registrado o seu questionamento, que é legítimo.

Poderíamos dizer, portanto, que a condução da pandemia pelo governo brasileiro não apenas floresceu a partir de um solo preparado por uma tradição autoritária, que o impeachment da presidenta Dilma tão bem mostrou, mas também que se constituiu em uma “necropolítica”. Ao colocar a economia acima da vida, o governo acabou por negligenciar o combate à pandemia, passou a cultivar um “negacionismo” irredutível, implementando uma política armamentista como a mais eficaz no combate à violência e cooptando as polícias militares, para que matem sem dó nem piedade o “inimigo” em defesa da sociedade. Um “inimigo” que, no geral, é preto, pobre e favelado. Mas também é a mulher, o travesti, o transsexual.

Se me refiro, por fim, a *Em defesa da sociedade*, o curso de Foucault de 1975-1976 no Collège de France, não por acaso o seu texto que mais inspirou Mbembe, é porque nele é exposto em toda sua extensão, o que liga a necropolítica ao racismo de Estado, ao racismo como política de Estado: “A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo”. Desse modo, a linha clara de separação entre democracia e regimes totalitários se esgarça, com o risco de se desfazer inteiramente. A eleição presidencial em 2022 vai nos mostrar para onde vai a democracia brasileira diante dos efeitos devastadores deixados pela pandemia.

Recebido em Junho de 2021.